

TESTAGEM DE PERSONALIDADE COMO UMA CONTRIBUIÇÃO PARA ABORDAGEM NÃO PATOLOGIZANTE DA VIDA

Millena Pessoa Souza¹

Roseli Aparecida Firmino da Silva²

RESUMO: O presente estudo teve como objetivo investigar de que maneira a testagem de personalidade pode colaborar com práticas clínicas não patologizantes, contribuindo para um diagnóstico diferencial entre condições consideradas normais e quadros realmente patológicos. A pesquisa, de natureza bibliográfica, exploratória e descritiva, identificou que a escuta ética e crítica da subjetividade favorece a superação de discursos e procedimentos que sustentam diagnósticos estigmatizantes. O referencial teórico foi composto por autores como Foucault, Basaglia, Fanon, Goffman, Deleuze e Guattari, Erikson e Vygotsky, os quais permitiram analisar como os processos de normalização afetam os sujeitos e como a subjetividade é atravessada por relações de poder e por discursos sociais, históricos e culturais. Constatou-se que o diagnóstico, quando utilizado como instrumento de controle e normatização, pode reforçar violências simbólicas sobre o corpo e a mente. Entretanto, quando articulado a uma escuta singular e comprometida com a complexidade da experiência humana, pode tornar-se uma prática ética e libertadora. Nesse contexto, a testagem de personalidade pode ser ressignificada como uma ferramenta auxiliar que contribui para a desconstrução de padrões normativos, possibilitando movimentos de ruptura e reinvenção.

4687

Palavras-Chave: Testagem de Personalidade. Patologização. Subjetividade. Diagnóstico Diferencial.

INTRODUÇÃO

O presente artigo quis identificar como a testagem de personalidade pode ser uma ferramenta essencial na prática psicológica para colaborar com práticas e abordagens não patologizantes da vida, para que haja valorização da singularidade dos indivíduos, ao invés de reforçar diagnósticos patológicos, o que pode ser um passo relevante para ressignificar o papel da avaliação na clínica tradicional. Terá portanto, como objetivo, investigar de qual forma a testagem da personalidade promove práticas não patologizantes e pode viabilizar um diagnóstico diferencial de condições ditas normais, de quadros realmente patológicos. Para isso, se analisará a produção científica disponível dos fundamentos teóricos que sustentam e os fazem oposição à patologização.

¹Discente no curso de Psicologia na Universidade Nove de Julho-UNINOVE.

²Discente no curso de Psicologia na Universidade Nove de Julho-UNINOVE.

A conjectura atual é de que a abordagem clínica tradicional tende a reforçar diagnósticos e classificações, bem como traços de personalidade que diferem do normal estabelecido pela sociedade são comumente classificados como patologias. Contudo, também será avaliada a hipótese de que a testagem de personalidade pode ser uma ferramenta para combater essa tendência atual.

A importância social deste estudo é estabelecida pela contribuição de uma possível redução da onda de diagnósticos atuais e ressignificação do uso da testagem psicológica de personalidade para reforçar a singularidade de cada indivíduo. O impacto a nível acadêmico se dá por reforçar a necessidade de produção científica sobre a abordagem clínica atual e o papel da avaliação psicológica em um diagnóstico diferencial.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Entre 1987 e 1994, o DSM-IV introduziu 77 novas doenças mentais, considerando a timidez como uma possível fobia social, o regurgitar comum dos bebês como refluxo esofágico patológico e o processo de envelhecimento como uma insuficiência da circulação cerebral (ST-ONGE, 2004).

Foucault (1975), sugere que os saberes psicológicos se constituíram como tecnologias de normalização, operando para capturar e corrigir suas variações, a fim de criar métodos para o controle das operações do corpo, o sujeitando as suas forças e impondo uma relação de docilidade e/ou utilidade que é chamado de disciplina, uma forma específica de poder que age moldando comportamentos, normalizando condutas e assegurando o ordenamento das multiplicidades humanas. O poder, portanto, é considerado como uma relação de forças construída socialmente, que além de ser poliforme e polivalente, atua desde o controle do tempo de vida do indivíduo até o controle de seu próprio corpo, sendo o poder de normalização julgado como um dos grandes instrumentos de poder no Ocidente (Foucault, 1975).

Foucault (2002) cita que, no século XIX, a penalidade é um tipo de controle, uma forma de exercer poder, que tem em vista a reforma psicológica e moral das atitudes e comportamentos dos indivíduos, os quais são vistos a partir das virtualidades desse comportamento e suas representações. Essa espécie de controle é feita através de poderes laterais, citando entre eles, as instituições psiquiátricas, psicológicas, médicas e pedagógicas.

Estas instituições funcionam como uma vigilância permanente em torno da norma e de termos da normalidade e da correção social; gerindo os indivíduos indisciplinados e tendo como função a normalização dos homens, com o objetivo de ligar o indivíduo a um processo de produção (Foucault, 1973).

Para Basaglia (1972), a Psiquiatria é uma prática social que se move no interior da ideologia dominante, reforçando os mecanismos de exclusão e designada para manter e proteger a normalidade social e não para compreender a dor do paciente ou a sua diferença. Considerando-se a loucura como uma forma de inadequação do modelo produtivo proposto, e o doente mental um inútil social (Basaglia, 1968). Sendo o diagnóstico, frequentemente um julgamento social mascarado de ciência, que tem o propósito de decidir o que é normal, funcionando como uma violência simbólica e sentenciando o indivíduo um uma categoria estática e impedindo qualquer possibilidade de mudança (Basaglia, 1971, 1969); o psicólogo o qual legitima o diagnóstico de exclusão, participa dessa violência simbólica e institucional (Basaglia, 1968). O diagnóstico, como sugere Fanon (1960;1952), funcionaria como uma sentença, que patologiza e legitima o domínio sob o corpo e a mente do outro.

Quando Goffman (1988) fala sobre patologização, produz uma correlação com o estigma, um atributo que é posto sobre o que foi diagnosticado, e conota profunda desvalorização - codificando, patologizando e sujeitando o indivíduo aos padrões de normalidade - como forma de controle, feito através da rotulação social. De modo que a constituição de identidades e personalidades estigmatizadas, cria o conceito que Goffman chama de “representação do eu”: uma construção estratégica de identidade, na qual a vida social é encenada, para que a marca social chamada de estigma não seja atribuída ao sujeito de forma depreciativa, que reduz o indivíduo de uma pessoa normal a uma pessoa profundamente desacreditada e/ou uma diferença em um defeito social relevante. Essa encenação social e produção de personalidade produz também uma dicotomia chamada por Goffman de “identidade virtual e identidade real”, nas quais, há uma diferença entre as qualidades presumidas do indivíduo e as qualidades que ele realmente tem, essa discrepância entre as partes considera-se parte do conceito de estigma (Goffman, 1988).

Deleuze e Guattari (1972), afirmam que a repressão social é internalizada no inconsciente e se traduz na tentativa de fixar identidades e categorizar personalidades. Personalidades essas, que, como afirmam, não têm estrutura fixa, mas sim, uma produção

que deseja, conceituando uma “máquina desejante” que transcende o individual e conecta-se no coletivo, criando fluxos de produção social e inconsciente, sendo a personalidade e subjetividade produzida através desse processo. O conceito de “linha de fuga” foi desenvolvido pelos autores como uma possibilidade do indivíduo escapar dessas normas do sistema, rompendo com as organizações e controles que aprisionam o desejo, o corpo, e consequentemente, a “máquina desejante” não de forma imaginária ou simbólica, mas sim, ativa e viva, uma realidade, que consiste não em fugir do mundo, mas fazê-lo fugir (Deleuze e Guattari, 1996).

É importante destacar que os testes de personalidade são ferramentas essenciais na práxis psicológica, pois são usados para entender além de características permanentes, já que a maioria dos testes analisam características como sistemas de proteção, ações pessoais, autoestima, jeito de pensar e controle da mente. Ao compreender o que cada teste identifica, o profissional pode direcionar sua análise para o caminho mais adequado conforme a demanda de seu paciente e escolher a ferramenta mais cabível para ele, onde irá considerar uma práxis mais ética, múltipla e perceptiva às particularidades dos sujeitos. Desse modo, os testes de personalidade não somente ajudam no entendimento do funcionamento da mente, como também colaboram para intervenções mais adaptadas e humanas (Modesto et al., 2021).

4690

O progresso do sujeito é entendido como uma etapa profunda, constante e bastante influenciada pelo meio em que o ser humano habita. Para Erikson (1976), esse progresso da personalidade acontece em 8 etapas psicossociais, onde cada uma é representada por uma dificuldade ou desafio essencial que o indivíduo necessita solucionar para que consiga alcançar um desenvolvimento que seja saudável. Tais dilemas – como “crença versus descrença” ou “caráter versus desentendimento da essência” – encontram-se inteiramente conectados às exigências da sociedade e às circunstâncias de vivências. Nesse contexto, Erikson (1976) traz uma valorização da função das histórias de vida, onde as vivências emocionais são colocadas como um instrumento de importância e as correlações em sociedade são importantes na edificação da identidade, e assim evidencia-se que não há um molde para que o ser humano se desenvolva, mas sim variados caminhos cheios de possibilidades.

Já Vygotsky (2007), ao colocar a teoria sócio-histórica, declara que essa desenvoltura do sujeito acontece através da sua experiência de vida e da linguagem, onde a sociabilidade com o seu próximo é uma ferramenta de grande valor para que haja uma absorção de funções psicológicas maiores, com o exemplo de sua definição de ZDP (Zona de Desenvolvimento Proximal), o espaço entre o que o indivíduo consegue fazer sozinho e o que acontece através da interação social e colaboração. Para Vygotsky (2007), o meio de cultura e história em que o sujeito se encontra, assim como as interações sociais, configuram a visão individual, na qual não ocorre desenvolvimento separado de sua vivência.

DISCUSSÃO

O conceito de poder para Foucault (1975), relaciona-se com a definição que Basaglia (1972) sugere para a Psiquiatria e Psicologia tradicionais: práticas voltada para o social e não para a promoção de saúde; um poder que controla o tempo de vida e o próprio corpo do indivíduo, através de métodos para corrigir as variações de normalidade sugeridas pela ideologia dominante. Corroborando justamente com a concepção de Fanon (1952) sobre o diagnóstico, que valida o domínio sob a mente e o corpo do outro, sendo este um método de condução da relação de poder. Pode-se citar também que o uso de fármacos seria uma espécie de penalidade incorpórea, servindo para gerir e adequar o doente mental ao modelo produtivo e processo de produção proposto, já que, segundo Basaglia (1968), o doente mental seria um inútil social, e a Psiquiatria e Psicologia funcionam como instituições de vigilância permanente para esse tipo de correção social e manutenção do padrão normal (Foucault, 1994).

De acordo com Doyle (1950), a normalidade é uma construção artificial que é resultado de uma combinação ampla, complexa e harmônica de fatores diversos, como condições sociais, históricas, físicas, mentais e culturais. Logo, sua dissecção seria a representação do desenvolvimento suficiente e das atividades adequadas da inteligência. Porém, esse fator sempre se modificou e se adequou durante os anos - considerando que esses discursos sobre a normalidade, historicamente, pertencem às autoridades das elites e demais instituições dominantes - despertando o entendimento de que todos aqueles que se encontram distantes desse padrão, são excluídos e marginalizados. Essa percepção descarta as relações e experiências vividas que o indivíduo constrói ao longo da história, que se

manifestam por meio do corpo, chamada de subjetividade por Foucault (1994 apud Cardoso Jr. 2005); a subjetividade está ligada ao tempo e as formas como a pessoa cuida de si mesma, definindo seus valores, se submetendo a normas e buscando se tornar um certo tipo de sujeito moral. Ao patologizar essa diferença, desconsidera-se a complexidade e adere-se uma visão reducionista, que patologiza o indivíduo e reforça estereótipos e estigmas.

Essa redução do indivíduo, que patologiza e atribui um estigma - um atributo profundamente depreciativo (Goffman, 1988) - juntamente com a penalidade incorpórea dos fármacos - contribui para a construção estratégica de identidade e/ou personalidade para que esse atributo não seja relevante (Goffman, 1988), fixando e categorizando identidades (Deleuze & Guattari, 1972), processos estes oriundos da repressão social internalizada pelo sujeito. Quando um traço de personalidade ou comportamento antes considerado normal, ou ainda, que apenas difere do presumido pelo modelo de vida econômico, político, social e de produção vigente, é considerado uma patologia, seja por um psiquiatra em uma consulta médica, ou por um psicólogo através de uma avaliação psicológica, estes validam a violência simbólica que essa consideração tem, reduzindo o indivíduo, invalidando sua subjetividade e complexidade, e limitando sua percepção de si ou do outro, como seres únicos e complexos, levando o indivíduo a encenar sua própria vida, de modo a lutar pela sua aceitação social (Goffman, 1988). Historicamente, a compreensão da existência humana em todas suas dimensões é um desafio, já que, culturalmente, a tendência é reduzir modos de ser, personalidades, e até mesmo a falha de outros sistemas da sociedade, como categorias clínicas - uma violência sofisticada com subterfúgio científico, operando a favor do sistema e não do indivíduo e de sua liberdade de ser e sentir.

Erikson (1976), ao apresentar sua teoria das crises psicossociais, entende a construção da identidade como uma etapa ativa e ambientada, diretamente influenciada pelas experiências sociais e históricas do sujeito. Do mesmo modo, Vygotsky (2007) destaca a importância da cultura e dos vínculos sociais no progresso das atividades psicológicas, indicando que qualquer análise sobre o indivíduo deve considerar o ambiente em que ele está inserido. Ambos, individualmente, trazem em suas ideias que o sujeito é influenciado por seu ambiente, afetos recebidos e histórias que vive, experiências que permitem entender as diferenças de cada um, não como irregularidades, mas como caminhos alternativos da multiplicidade humana. Essas perspectivas se alinham à ideia de que os sujeitos não estão

fixos nas segmentações normativas da sociedade, como as que produzem estigmas e patologização, mas vivem em constante processo de construção, ruptura e reinvenção, em movimentos que podem ser compreendidos como linhas de fuga.

As linhas de fuga, conforme propõem Deleuze e Guattari (1972), são justamente esses fluxos que escapam das classificações rígidas e das identidades fixadas, representando a possibilidade de romper e desestabilizar os padrões estabelecidos, abrindo espaço para a transformação e criando movimentos de mudanças. Portanto, é importante olhar para a personalidade considerando aspectos sociais e morais que formam cada sujeito. Assim a psiquiatria pode se voltar mais ao indivíduo, usando diagnóstico e testes não como forma de controle, mas como fragmentos que ajudam a ampliar a escuta e o cuidado clínico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A testagem de personalidade, se utilizada criticamente e de modo ético, pode deixar de servir como ferramenta de normatização e se tornar um recurso de cuidado, permitindo discernir entre aspectos dentro do desenvolvimento típicos e aqueles que podem indicar alguma forma de patologia, mas sem desvalorizar as particularidades de cada sujeito. Quando aberto à escuta e sensível à singularidade, a testagem opera como uma linha de fuga: rompe com os binarismos que sustentam a lógica patologizante e contribui para a criação de práticas clínicas mais libertadoras e humanizadas. Assim, colocados a serviço do entendimento e não da classificação, a testagem torna-se uma aliada na construção de abordagens não patologizantes e no reconhecimento da complexidade subjetiva de cada ser, contribuindo para um diagnóstico diferencial mais preciso.

Esse tipo de avaliação psicológica tem potencial para reduzir a atual onda de diagnósticos excessivos, ao mesmo tempo em que reforça a necessidade de compreender os traços de personalidade sob uma perspectiva que celebre a diversidade e a singularidade. Além disso, destaca-se a importância da produção científica contínua para fundamentar novas abordagens clínicas, ressaltando o papel da avaliação psicológica na construção de diagnósticos diferenciais que considerem o indivíduo em sua totalidade e complexidade.

Os paralelismos de todos os conceitos citados e abordados, e a dinâmica atual dos saberes psicológicos e funcionamento da Psicologia e Psiquiatria, reiteram que a conjectura contemporânea tende a reforçar e atribuir diagnósticos e patologias, não apenas como forma

de controle, mas também como um escoamento da falha de outros sistemas, ocultando problemas de ordem coletiva e acompanhando a lógica capitalista de transacionar não apenas remédios, mas também, individualidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASAGLIA, Franco. A instituição negada: relato de um hospital psiquiátrico. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BASAGLIA, Franco. A psiquiatria alternativa: contra o pessimismo da razão, o otimismo da prática. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

CARDOSO JR., H. R.. Para que serve uma subjetividade? Foucault, tempo e corpo. Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 18, n. 3, p. 343-349, set. 2005.

DOYLE, I.. Estudo da normalidade psicológica. Arquivos de Neuro-Psiquiatria, v. 8, n. 2, p. 155-170, abr. 1950.

ERIKSON, E. H. Infância e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. 3. ed. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 43. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. 5. ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2001.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

MODESTO, J. G.; PEREIRA, K. CARVALHO, R. Associação entre os cinco grandes fatores da personalidade e a intenção de corrupção. Act. Psi. vol.35 n.131 José, San Pedro Montes de Oca. Jul./Dez. 2021.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 2007.